



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

LEILA DAYANE DA SILVA ARAGÃO

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA POR MEIO DA CULTURA
CORPORAL DE MOVIMENTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

LEILA DAYANE DA SILVA ARAGÃO

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA POR MEIO DA CULTURA
CORPORAL DE MOVIMENTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Orientadora: Lara Colognese Helegda

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2019

Catálogo na fonte
Sistema de Bibliotecas da UFPE - Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Giane da Paz Ferreira Silva, CRB-4/977

A659c Aragão, Leila Dayane da Silva.
Contribuições da Educação física por meio da cultura corporal de movimento para pessoas com deficiência física /Leila Dayane da Silva. - Vitória de Santo Antão, 2019.
30 folhas.

Orientador: Lara Colognese Helegda.
TCC (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Licenciatura em Educação Física, 2019.
Inclui referências.

1. Educação inclusiva. 2. Educação física para deficientes. I. Helegda, Lara Colognese. (Orientadora). II. Título.

796.087 CDD (23. ed.)

BIBCAV/UFPE-223/2019

LEILA DAYANE DA SILVA ARAGÃO

**CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA POR MEIO DA CULTURA
CORPORAL DE MOVIMENTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Aprovado em: 02/12/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr. Lara Colognese Helegda
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Saulo Fernandes Melo de Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco

Bel. Allan Antônio Santos Silva
Universidade Osman da Costa Lins

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida e por ter me dado forças para concluir mais esta etapa.

Aos meus pais, Maria Edinalva e José Sérgio, que sempre se sacrificaram para nunca nos faltar nada. Muito obrigada por todo o ensinamento. Amo vocês!

Aos meus irmãos, Lilian Aragão, Luiz Eduardo e Maria José, amo vocês.

Ao meu namorado e melhor amigo, Benjamim Rodrigo, que me apoia desde sempre, me incentiva e me faz ser o melhor de mim... Admiro-te e amo-te, serei eternamente grata por tudo!

Aos amigos das alegrias e preocupações, especialmente Joais Estevam, Allan Antônio, Erivaldo Lima, Thaynara Machado, Letícia Kelly, Anderson Vasconcelos, José Adriano e José Henrique (os “viajantes do sítio”), sou muito grata por cada momento juntos e também torço muito pelo sucesso de cada um de vocês.

A minha amiga, Monica Santos, obrigada por ter sido a melhor companhia, a dona das melhores conversas e dos melhores conselhos no tempo que nos foi permitido, que possamos nos encontrar pelos caminhos da vida.

Agradeço as minhas amigas, Rafaele Cardoso e Josenilda Barbosa, que também foram um maravilhoso presente da graduação para a vida.

A minha professora e orientadora, Lara Colognese Helegda, gratidão por todo o conhecimento tratado, pela paciência e por nos fazer refletir sobre questões humanas e de amor ao próximo.

Agradeço a todos os professores que auxiliaram na minha jornada, em especial aos que me abriram as portas de seus projetos de extensão, que contribuíram tanto na minha formação: Érika Maria, Luiz Miguel, Saulo Fernandes, Flávio Campos e Iberê Caldas.

Agradeço ao meu querido amigo, Hemerson Rafael, atleta de bocha, que é um exemplo de determinação e superação, com ele me veio à vontade de buscar um mundo mais inclusivo e quebrar barreiras principalmente internas.

A toda população brasileira, que de forma direta ou indireta contribui com a educação pública, muito obrigada! Prometo retribuir com meu esforço e dedicação ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e humana, acreditando que a educação é o meio mais eficaz para isso.

RESUMO

Tendo em vista que a educação física escolar, por meio da cultura corporal de movimento, tem um papel importante no desenvolvimento e na qualidade de vida, desde que planejada e adequada à faixa etária e as condições do indivíduo, pesquisa-se sobre suas contribuições para pessoas com deficiência física. Para tanto, se faz necessário compreender o percurso histórico da educação física e sua relação com a história das pessoas com deficiência e classificar a deficiência física; Analisar os impactos da cultura corporal de movimento para as pessoas com deficiência física. Realiza-se, então, uma pesquisa de forma qualitativa por meio de uma revisão bibliográfica da literatura, a partir de publicações de artigos científicos nacionais, nas bases de dados MedLine e SCIELO, com período de tempo indeterminado, leis federais, além de livros consultados na Biblioteca do Centro Acadêmico de Vitória. Diante disso, verifica-se que a educação física é um importante meio para promover a inclusão de pessoas com deficiência física, através da interação nas práticas da cultura corporal de movimento; os permite conhecer o corpo e suas habilidades; contribui para sua autonomia; estimula a interação com os demais alunos, promovendo também o respeito às diferenças individuais e valorização do ser humano.

Palavras-chave: Cultura corporal de movimento. Educação física. Deficiência física.

ABSTRACT

Given that school physical education, through the body culture of movement, has an important role in the development and quality of life, as long as it is planned and appropriate to the age group and the conditions of the individual, research on their contributions to people with physical disabilities. Therefore, it is necessary to understand the historical course of physical education and its relationship with the history of people with disabilities and to classify the physical disability; Analyze the impacts of body movement culture on people with physical disabilities. A qualitative research is then performed through a literature review, from publications of national scientific articles, in the MedLine and SCIELO databases, with an indefinite period of time, federal laws, as well as books consulted in the library of Academic Center of Vitoria. Given this, it appears that school physical education is an important means to promote the inclusion of people with physical disabilities and allows them to know the body and their skills, contributes to their autonomy, stimulates interaction with other students, also promoting the respect for individual differences and valuing the human being.

Keywords: Body culture of movement. Physical education. Physical disability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	9
2 METODOLOGIA DO ESTUDO	11
3 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	12
3.1 A EDUCAÇÃO FÍSICA E A CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTO.....	14
4 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA	17
5 EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	20
5.1 EDUCAÇÃO FÍSICA E DEFICIÊNCIA FÍSICA	21
5.2 CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	23
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
7 CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

A educação física passou por um longo caminho de desafios e transformações até os dias atuais; O movimento faz parte da vida do homem desde os primórdios. A evolução e a interação com o meio fizeram com que esses movimentos precisassem ser aperfeiçoados para obter maior sucesso nas práticas de sobrevivência (MARINHO, 2011). As práticas mais remotas até as atuais deram origem ao campo do conhecimento denominado de cultura corporal de movimento, área de estudos vinculada à educação física escolar.

Em paralelo, as pessoas com deficiência ficavam à margem da sociedade. O tratamento variava de acordo com cada grupo, desde a morte, a punição como única forma de se livrar da possessão demoníaca e reparar os pecados (ARANHA, 2001). Também foram observadas, atitudes de assimilação, aceitação, tolerância e apoio (SILVA; SEABRA JÚNIOR; ARAÚJO, 2008).

Após as guerras mundiais, outros olhares se voltaram a essas pessoas, visto que grande quantidade de soldados retornavam mutilados em decorrência do conflito; muitos deles passaram a ter acesso às atividades físicas como forma de reabilitação (NUNES; ROSANA, 2014).

A educação física adaptada surge com a tentativa de se adequar as necessidades dos educandos (COSTA; SOUSA, 2004). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do censo de população residente por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade, cerca de 13.265.599 pessoas possuem algum tipo de deficiência física no Brasil (2010). Ela pode ser congênita ou adquirida e é caracterizada por comprometimento da função física em longo prazo (MAIOR, 2015). Podem ser classificadas em ortopédicas ou neurológicas (CIDADE; FREITAS, 2002).

O contato direto do professor de educação física com os alunos, por meio da cultura corporal de movimento, favorece o conhecimento das suas necessidades, e isso contribui para fornecer as adaptações necessárias dos conteúdos. Dentro dessa perspectiva, a disciplina tem um papel fundamental à medida que propicia a percepção e o aprimoramento das capacidades, aumenta a autoconfiança, que resulta em maior autonomia no cotidiano, estimula a cooperação, empatia, e outros valores. Porém, diversas barreiras ainda impedem a inclusão dos alunos nas aulas,

como a falta de acessibilidade, de adaptações e de conhecimento por parte dos professores para com a deficiência.

É importante se ater que além da condição do indivíduo, existe uma pessoa com sentimentos, igual a qualquer outra. Exaltar apenas a deficiência desmerece as conquistas, as capacidades, a singularidade do sujeito (NUNES; ROSANA, 2014).

Esta pesquisa se justifica devido à educação física, por meio da cultura corporal de movimento, ter um importante papel na construção de hábitos saudáveis e no desenvolvimento dos estudantes, porém, alguns professores não incluem os alunos com deficiência em suas aulas, principalmente os alunos com deficiência física. Também não existem muitas pesquisas relacionadas às contribuições das atividades físicas para essas pessoas.

O objetivo geral desse estudo foi:

- Verificar se a educação física, por meio da cultura corporal de movimento, mostra-se importante para as pessoas com deficiência física.

Os objetivos específicos traçados foram:

- Analisar o percurso histórico da educação física e sua relação com a história das pessoas com deficiência;
- Classificar a deficiência física;
- Apontar as contribuições da cultura corporal de movimento para as pessoas com deficiência física.

2 METODOLOGIA DO ESTUDO

O desenvolvimento deste trabalho foi realizado de forma qualitativa, que de acordo com Gerhardt e Silveira, esse é o tipo de pesquisa em que o objetivo está centrado na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e não com a quantificação de resultados (2009) e por meio de uma revisão bibliográfica da literatura, que segundo as mesmas autoras, respalda-se em fontes bibliográficas, ou seja, utilizando de diferentes estudos já realizados (2009).

Para esta pesquisa, foram utilizadas publicações de monografias e artigos científicos nacionais, das bases de dados MedLine e SCIELO, com período de tempo indeterminado. Artigos da Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; Lei nº 9.394/1996 que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Resolução nº 4, de 2009 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, além de livros consultados na Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória.

Os principais descritores utilizados para essa pesquisa foram: Cultura corporal de movimento; Educação física; Deficiência física.

3 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Desde os tempos mais remotos, o homem utiliza os movimentos para as mais diversas situações do dia a dia. Nômades precisavam caçar, fugir de predadores ou enfrentar longas caminhadas em busca de outros locais para viver (MARINHO, 2011).

À medida que foram virando sedentários, o tempo livre foi aumentando e os movimentos que antes eram utilizados prioritariamente para a sobrevivência, passaram a ter outros significados como: ritualísticos e esportivos. “Foi necessário o aprimoramento das habilidades físicas para a otimização de gestos e a construção de ferramentas que possibilitassem maior sucesso nas práticas de sobrevivência” (MARINHO, 2011, p.16). Esse aperfeiçoamento permitiu o desenvolvimento de instrumentos utilizados no cotidiano e garantiu a evolução das práticas corporais.

Conforme as civilizações se tornam sedentarizadas, as atividades físicas ganham destaque em todo o mundo: Os chineses criaram o kong-fou e eram hábeis na prática de vários tipos de esportes. Na Índia destaca-se a ioga. Os egípcios deixaram registros de lutas, principalmente em murais dos seus templos e dos monumentos funerários (MARINHO, 2011). Na Grécia, defendia-se a educação física e espiritual, “considerando que o homem é somente humano enquanto completo” (MARINHO, 2011, p. 25). A educação em Esparta era voltada a formação cavalheiresca, militar e aristocrática. Já a prática esportiva em Atenas voltava-se a formação integral do homem, não apenas preparação para a guerra (MARINHO, 2011).

No Brasil, as práticas vivenciadas pelos indígenas eram com o objetivo de sobrevivência, praticavam diversas atividades físicas no seu dia a dia, como o arco e flecha, natação, luta, caça, pesca, montaria, canoagem e as corridas (MARINHO, 2011).

Apenas no Brasil Império, começam a surgir tentativas de organização do sistema educacional. A educação física escolar se inicia nesse período, os livros da matéria incluíam assuntos como a eugenia, puericultura, gravidez, etc. (MARINHO, 2011). Nessa época que surgiram os primeiros tratados sobre a Educação Física (SOARES, 2012).

A disciplina veio a ser introduzida oficialmente nas escolas do município da Corte, em 1851, com a reforma Couto Ferraz. No entanto, foi em 1882, que Rui

Barbosa defendeu uma recomendação para a obrigatoriedade da ginástica nas escolas normais, para ambos os sexos, embora sua inclusão só tenha ocorrido em parte na capital da República e em escolas militares (DARIDO; RANGEL, 2014).

Somente a partir de 1920 que outros estados começam a realizar suas reformas educacionais e incluem a educação física na escola, com o nome mais frequente de ginástica (BETTI, 1991 *apud* DARIDO; RANGEL, 2014).

No seu início, a concepção dominante foi a higienista, com a preocupação na formação de hábitos higiênicos e na saúde, com valorização do desenvolvimento físico e da moral a partir dos exercícios (DARIDO; RANGEL, 2014).

Com rumores sobre uma nova guerra, surge à concepção militarista, em que os objetivos eram vinculados à formação de uma geração de indivíduos perfeitos fisicamente, capaz de suportar o combate para atuar na guerra, conseqüentemente, os incapacitados eram excluídos. Ambas as concepções consideravam a educação física como disciplina essencialmente prática, não necessitando de formação adequada para lecionar (DARIDO; RANGEL, 2014).

A partir da década de 1960, quando os militares assumiram o poder público no Brasil, ocorreu um avanço no sistema educacional, visando utilizá-lo para promoção do regime militar. Com as vitórias da seleção brasileira de futebol nas copas do mundo de 1958, 1962 e posteriormente em 1970, a educação física escolar passou a ser associada com o esporte. Surge a concepção esportivista, também conhecida como mecanicista, tecnicista ou tradicional, caracterizada pela seleção dos mais habilidosos, a fim de obter êxito nas competições de alto nível e eliminar críticas internas ao governo, deixando transparecer um clima de prosperidade e desenvolvimento. Esse modelo começou a ser bastante criticado principalmente a partir da década de 1980, apesar de ainda ser bastante presente atualmente (DARIDO; RANGEL, 2014).

O excesso de crítica voltou-se para outro extremo, a concepção recreacionista, onde os alunos têm a liberdade de escolher o que querem e como querem fazer na aula, praticamente sem intervenção do professor (DARIDO; RANGEL, 2014).

Sendo assim, a partir de 1980, com grande resistência as concepções biológicas da educação física, a predominância de conteúdos esportivos foi criticada, o que levou ao surgimento de novos movimentos na educação física escolar. Atualmente existem várias concepções, entre elas: a psicomotricidade,

desenvolvimentista, crítico superadora, crítico emancipatória e os PCN's (DARIDO; RANGEL, 2014).

A psicomotricidade foi proposta inicialmente em programas de escolas especiais para alunos com deficiência física e mental. Ela surge nos últimos anos da década de 1970, em contraposição as concepções anteriores. Nessa, o objetivo da educação física é com o desenvolvimento integral do aluno, com seus processos psicomotores, afetivos e cognitivos, defendendo uma “ação educativa que ocorra a partir de movimentos espontâneos da criança e das atitudes corporais” (DARIDO; RANGEL, 2014, p. 7-8). No entanto, para Soares (2012), essa concepção tende a valorizar o fazer pelo fazer, não demonstrando como, nem o porquê de se fazer.

O Modelo desenvolvimentista foi inicialmente proposto para crianças e adolescentes de 4 a 14 anos. Para essa abordagem, o movimento é o principal meio e fim para a educação física, as aulas devem privilegiar a aprendizagem do movimento, proporcionar condições para que seu comportamento motor seja desenvolvido, oferecendo experiências de movimento adequadas às faixas etárias (DARIDO; RANGEL, 2014). Neste sentido, Soares afirma que o papel dos professores é a observação sistemática do comportamento motor dos alunos, verificando em que fase do desenvolvimento eles se encontram, identificando erros e oferecendo informações para a superação dos mesmos (2012).

A abordagem crítico-superadora valoriza as questões da contextualização dos fatos e do resgate histórico. Ela levanta questões de poder, interesse, esforço e contestação (DARIDO; RANGEL, 2014). Já a abordagem crítico-emancipatória “valoriza a compreensão crítica do mundo, da sociedade e de suas relações, sem a pretensão de transformar esses elementos por meio escolar” (DARIDO; RANGEL, p. 15, 2014).

Os PCNs defendem a contextualização dos conteúdos com a sociedade, devendo a matéria ser trabalhada de forma interdisciplinar, transdisciplinar e através de temas transversais, favorecendo o desenvolvimento da ética, cidadania e autonomia, não deixando de integrar o cidadão na esfera da cultura corporal (SOARES, 2012).

3.1 A EDUCAÇÃO FÍSICA E A CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTO

Com as diferentes manifestações corporais, “surgiu uma grande diversidade de conhecimentos, os quais foram ressignificados e transformados ao longo do tempo, constituindo uma cultura corporal do movimento” (DARIDO; RANGEL, 2014, p. 32). Essas diversas práticas corporais que foram construídas historicamente pelo homem, apresentam sentidos e significados decorrentes de diversos contextos, como respostas a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas (BRACHT, 2004; SOARES *et al.*, 1992) e permanecem em constante construção e reconstrução.

O uso do termo cultura corporal de movimento se dá pelo fato de que tudo que o ser humano faz é resultado de uma cultura (DARIDO; RANGEL, 2014). Segundo Bracht, a utilização do termo cultura se faz necessário, pois melhor reflete sua contextualização sócio histórica e desnaturalização do objeto de estudo da educação física (2004). Porém, apenas o termo cultura é muito abrangente, com vários significados. Ao enfatizar a cultura corporal de movimento, prioriza-se o interesse pelo corpo humano e pelo movimento, temas centrais para a educação física (DARIDO; RANGEL, 2014). Bracht (2004) demonstra sua preferência pelo termo cultura corporal do movimento, pois as palavras corpo, movimento e motricidade, por si só, não permitem definir com clareza a vinculação com a cultura.

A educação física escolar é a disciplina do currículo das escolas que se responsabiliza em tratar pedagogicamente os movimentos adquiridos e modificados ao longo da história, tem a cultura corporal de movimento como uma das áreas de estudo, esta se preocupa com os conteúdos que se deve ensinar nas aulas, adequando-os a realidade dos alunos, valorizando as diferenças regionais e o contexto em que acontece sua prática, não só dando importância à técnica, tática, regras e o aprendizado dos conteúdos (DARIDO; RANGEL, 2014).

A sua relevância também é enfatizada com o coletivo de autores, onde afirmam que os conhecimentos da cultura corporal necessitam ser retraçados e transmitidos para os alunos na escola (SOARES, *et al.*, 1992). Bracht complementa que seu trato pedagógico não deve ser feito “[...] apenas de forma a repeti-la e, sim, de forma a permitir que participem dessa construção, para o que é fundamental que a compreendam, que aprendam também a construir cultura corporal de movimento” (2004).

A reflexão sobre a cultura corporal, segundo Soares, *et al.* (1992, p.38).

Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas.

É muitas vezes na escola, nas aulas de educação física, que os alunos têm contato pela primeira vez com os esportes e outros conteúdos da cultura corporal de movimento. É necessário garantir o acesso às diversas práticas para que o aluno se interesse pela que melhor se adaptar.

4 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

De acordo com a Lei Brasileira da Inclusão, pessoa com deficiência é aquela que:

Tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, sem paginação).

Em paralelo a cultura corporal de movimento, as pessoas com deficiência, por muitos anos e em muitas culturas, foram vítimas de exclusão. Já na pré-história, a busca pela sobrevivência as deixava a mercê do ambiente, da situação, da sociedade.

No entanto, há indícios de pessoas com algum tipo de deficiência, seja congênita ou adquirida, em cavernas ainda na pré-história, o que mostra que elas sobreviveram por muitos anos (SILVA; SEABRA JÚNIOR; ARAÚJO, 2008).

Sendo assim, foram observadas duas formas de tratamento a grupos minoritários: Menosprezo ou destruição; Atitude de assimilação, aceitação, tolerância e apoio (SILVA; SEABRA JÚNIOR; ARAÚJO, 2008).

Na Grécia Antiga, o tratamento observado era de exclusão, uma vez que havia valorização do corpo belo e forte, pois favorecia a luta nas guerras. Assim, crianças com má formação ou doentes eram abandonadas a própria sorte. Eram aceitas apenas as amputações decorrentes das guerras (PACHECO; ALVES, 2007; MARINHO, 2011). Em Esparta, por meio de uma política de eugenismo, uma comissão de anciãos tinha poderes para condenar os nascidos raquíticos e disformes (MARINHO, 2011). Os romanos descartavam crianças deformadas e indesejadas [...] (ARANHA, 2001).

Durante a Idade Média, o tratamento aos deficientes sofre influências religiosas, sua condição ainda era associada à possessão demoníaca e chegavam a ser submetidos a longas sessões de exorcismo (DePAUW, 1995 *apud* CIDADE; FREITAS, 2002). Nessa época, todos passaram a ser igualmente considerados filhos de Deus e merecedores de respeito à vida e a um tratamento caridoso. (ARANHA, 2001). Desse modo, as atitudes de eliminação não são mais consideradas aceitáveis. Os cuidados com as pessoas com deficiência passam a ser

assegurados pela família e pela igreja, mesmo que ainda não garantam a integração na sociedade de forma geral (PACHECO; ALVES, 2007).

Houve uma longa trajetória representada por medidas caritativas e o assistencialismo, até que as pessoas com deficiência convivessem na sociedade (MAIOR, 2015). E essas medidas mascaravam a realidade e contribuíam para segregar as pessoas com a família ou em instituições de confinamento.

No século XVIII, o tratamento passou de superstição e hostilidade para compaixão e pena. Inicia-se, então, o interesse de educar e reabilitar essas pessoas, surgindo assim às primeiras instituições como hospitais e escolas para cegos e surdos. (CIDADE; FREITAS, 2002).

Após as guerras mundiais, com um grande número de mutilados, houve a necessidade de reabilitar e capacitar essas pessoas a fim de realocá-los no mercado de trabalho, com isso, novos olhares também se voltaram à questão da educação das crianças, jovens e adultos com deficiência. No entanto, ainda continuavam separados dos ditos “normais”. Ocorreu a criação de salas especiais dentro de escolas regulares, segregando os alunos em função da sua deficiência, do restante da sociedade (NUNES; ROSANA, 2014).

Posteriormente, contra a política de segregação, defendeu-se a ideia de integração, associada ao modelo biomédico, onde se considera que a deficiência deve ser objeto de tratamento para a habilitação ou a reabilitação do máximo de capacidades, aproximando-se da cura (MAIOR, 2015). Nesse modelo, os deficientes e suas famílias teriam que se adaptar ao meio social, buscando se equiparar aos demais, sem que haja mudanças na sociedade (NUNES; ROSANA, 2014). São representados pelos profissionais e familiares, sem voz e sem atuação direta nas políticas públicas (MAIOR, 2015).

Já na ideia da inclusão, vinculada ao modelo social da deficiência, os deficientes são sujeitos de direitos, com autonomia e independência para fazer suas escolhas, contando com apoios sociais (MAIOR, 2015). São as instituições e os demais espaços que devem se adaptar e buscar atendê-los, oferecendo igualdade de condições (NUNES; ROSANA, 2014). Ainda é comum encontrar práticas integrativas ou uma pseudoinclusão em vários ambientes, locais sem acessibilidade e discriminação na sociedade por qualquer tipo de diferença.

Atualmente adota-se o modelo dos direitos humanos para garantir a dignidade da pessoa com deficiência, o combate à violação de seus direitos, sua autonomia e acesso a todas as prerrogativas sociais (MAIOR, 2015).

A partir da Constituição Federal de 1988, as pessoas com deficiência ganham reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãos, segundo a Carta Magna, todos são iguais, sem qualquer distinção (Art. 5º), o que veio a ser ratificado em demais leis e políticas públicas. Neste sentido, o Art. 4º da Lei Brasileira da Inclusão (LBI) traz que “toda pessoa com deficiência tem direito a igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015). Sobre a educação, esta é direito de todos; tem como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da autonomia e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2015; BRASIL, 1996).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação especial é uma modalidade da educação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. Deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

Em conformidade, a LBI traz que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, sem paginação).

Além da matrícula nas classes comuns, os sistemas de ensino deverão matricular esses alunos no atendimento educacional especializado (AEE), que tem como função complementar ou suplementar a educação (Resolução 04/2009). É dever do Estado o atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2015, Art. 208).

5 EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

Com grande número de mutilados advindos das guerras mundiais, foram necessárias providências para tratar da qualidade de vida desses indivíduos. Muitos dos deficientes passaram a ter acesso às práticas de atividade física com a tentativa de minimizar esses efeitos. Dessa maneira, foram criados sistemas de atendimento para a reabilitação dos soldados que se tornaram deficientes por causa da guerra (LOPES, 2014).

Aproximadamente no final da década de 1950, a educação física começa a se preocupar com a atividade física para pessoas com deficiência, utilizando exercícios corretivos e de prevenção, visando prevenir doenças. Com o enfoque médico, os programas eram denominados ginástica médica (COSTA; SOUSA, 2004). Até então, sua preocupação voltava-se ao ideal de corpo saudável, perfeito, produtivo, de rendimento e técnica (LOPES, 2014).

Sendo assim, a educação física adaptada surge com o objetivo de atender a pessoa com deficiência, que era praticamente o oposto do ideal de corpo, decorrentes do início do século XX, sob a influência dos métodos ginásticos e militares (COSTA; SOUSA, 2004).

Segundo Cidade e Freitas, destina-se a aplicação das práticas corporais se adequando as necessidades de cada aluno e respeitando suas diferenças, proporcionando o desenvolvimento integral que será fundamental para que:

O indivíduo consiga atingir a adaptação e o equilíbrio que requer a deficiência; identificação das necessidades e capacidades de cada educando quanto às suas possibilidades de adaptações para o movimento; facilitação à sua independência e autonomia, bem como ao processo de inclusão e aceitação em seu grupo social (CIDADE; FREITAS, 2002, p. 41, 42).

Um programa de educação física adaptada possibilita a compreensão das limitações e capacidades, auxiliando na busca de uma melhor adaptação. Para que de fato seja efetiva, a prática de atividades físicas devem respeitar as limitações e promover a autonomia. Faz-se necessário que o professor conheça seu aluno, para tornar mais fácil a adequação dos conteúdos e da metodologia adotada ao mesmo (LOPES, 2014).

Não há dúvidas sobre a importância da educação física adaptada para as pessoas com deficiência, porém, Costa e Sousa apontam o caráter segregacionista

existente, na medida em que as atividades são vivenciadas apenas por grupos de deficientes (2004).

5.1 EDUCAÇÃO FÍSICA E DEFICIÊNCIA FÍSICA

As deficiências físicas podem ser congênitas ou adquiridas, e resultam no comprometimento da função física, como o equilíbrio corporal, a movimentação dos membros inferiores e/ou superiores, etc. em graus diferentes (MAIOR, 2015).

Acarretam em importantes alterações no tônus muscular, por essa razão, as pessoas que possuem essa condição apresentam uma significativa ausência de coordenação dos membros, o que dificulta a execução de vários movimentos. “Podem, ainda, ter a musculatura muito flácida (hipotônica) ou muito rígida (hipertônica), ou ter um tônus que oscile entre a hipotonia e a hipertonia, o que faz com que seus movimentos sejam pouco harmônicos” (MADER, 1994 *apud* LOPES, 2014).

Segundo Cidade e Freitas, as deficiências físicas podem ser classificadas em ortopédicas ou neurológicas. A primeira diz respeito a problemas que atingem os músculos, ossos e/ou articulações; a segunda trata-se de deficiências que envolvem deterioração do sistema nervoso central (2002).

De acordo com Maior (2015, p.4):

Apresenta-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Podem ser utilizados equipamentos a fim de melhorar a funcionalidade, é o caso das próteses, usadas em casos de amputação; as órteses, como muletas, bengalas, calhas, estruturas para apoiar os membros e cadeira de rodas (MAIOR, 2015).

Em busca de igualdade de oportunidades, as pessoas com deficiência tem que enfrentar o mundo físico, que representa o ambiente e suas barreiras; as outras pessoas, com seus costumes, valores, atitudes e expectativas sociais, que acabam excluindo do convívio e da sociedade por preconceito, desvalorização ou por não conhecer a condição (CIDADE; FREITAS, 2002).

Crianças e adolescentes encontram-se em sua maioria na escola, e muitas vezes é nela que eles têm contato pela primeira vez com esportes e outras práticas da cultura corporal de movimento. A educação física tem se preocupado cada vez mais com a qualidade de vida da população no geral. A prática e especialmente o estímulo para fazer atividades físicas devem transformar-se em prioridade na área (LEHNHARD; MANTA; PALMA, 2012).

Além dos conteúdos propostos nas aulas, a educação física tem seu papel na educação de indivíduos conscientes da importância de construir hábitos saudáveis e de praticar atividades físicas regularmente, visando um estilo de vida mais saudável e a melhora na qualidade de vida e na saúde (LEHNHARD; MANTA; PALMA, 2012). Porém, muitas pessoas com deficiência não têm acesso à prática de atividades físicas, principalmente as pessoas com deficiência física, pois são necessários cuidados desde a adaptação de atividades até a utilização de recursos para locomoção (DIEHL, 2006 *apud* LEHNHARD; MANTA; PALMA, 2012).

Em qualquer atividade física proposta a pessoas com deficiência física, deve-se considerar as limitações do indivíduo e promover as possibilidades motoras (CIDADE; FREITAS, 2002). Segundo as mesmas autoras, as atividades propostas devem englobar:

Desenvolvimento de autoestima; a vivência de situações de sucesso, possibilitando a melhoria da autovalorização e autoconfiança; melhoria da autoimagem; estímulo à independência; interação com os grupos; experiência intensiva com suas possibilidades e limitações; contato com outras pessoas, deficientes ou não; melhoria das condições organo-funcionais (sistema circulatório, respiratório, digestivo, reprodutor e excretor); aprimoramento das qualidades físicas, entre elas: resistência, força, velocidade, coordenação, ritmo e equilíbrio; possibilidade de acesso a prática do esporte como lazer, reabilitação e competição; prevenção de deficiências secundárias (CIDADE; FREITAS, 2002, p. 114).

É necessário que o professor conheça as limitações dos alunos e não os subestime, pois apesar de suas necessidades, eles têm capacidade de conseguirem níveis de desempenho elevados (LAGO; AMORIM, 2008).

5.2 CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

As diversas atividades físicas geram inúmeros benefícios na vida de qualquer pessoa, desde que praticadas sob orientação e de forma adequada. Para as pessoas com deficiência não é diferente.

A escola pode ser um dos ambientes responsáveis por oferecer um espaço para o desenvolvimento da criança com deficiência física, buscando respeitar a individualidade de cada um, através dos jogos e brincadeiras, ou diversas práticas que os estimulem “a criatividade, memorização, a cooperação, solidariedade, a motivação, a capacidade de discriminar, a competitividade, a socialização, a confiança em si e suas possibilidades, o respeito às regras e o controle emocional” (LOPES, 2014, p. 22, 23).

Cardoso aponta que grande parte dos professores e estudiosos da área do esporte adaptado evidenciam os benefícios da prática esportiva, como melhorias no aspecto físico-motor, psicológico e social das pessoas com deficiência (2011).

Ainda com base no mesmo autor, além dos benefícios para o bem estar e a qualidade de vida, a prática de atividades esportivas também proporciona aos deficientes a oportunidade de testar seus limites e potencialidades, prevenir as enfermidades secundárias a sua deficiência e promover a integração social e a reabilitação da pessoa com deficiência (CARDOSO, 2011). Lago e Amorim acrescentam que o esporte traz diversos benefícios a vida das pessoas com deficiência, como o aumento da autoestima e motivação, socialização, desenha o corpo, mexe com a cabeça e com o humor. Quando coletivamente, estimula o trabalho em equipe e a cooperação (LAGO; AMORIM, 2008).

Ao enfrentar suas limitações através do esporte, o deficiente busca outras atividades que pareçam inatingíveis, como: trabalhar, namorar, casar, estudar, conhecer novos amigos. Mais que conquistar metas, o esporte ajuda a superá-las (LAGO; AMORIM, 2008).

Devem-se considerar as limitações e potencialidades desses alunos em todas as atividades propostas, devendo ocorrer de maneira constante, progressiva e regular. As pessoas com deficiência leve a moderada podem participar das aulas de educação física, com pequenas ou grandes adaptações, conforme o caso (CIDADE; FREITAS, 2002).

Segundo com Gorla *et al.* (2007, p. 39),

A prática desportiva vem sendo incorporada pelas pessoas com deficiência, motivadas por diferentes objetivos, os quais são justificados pela sua importância no processo de reintegração, inclusão social, reabilitação ou promoção de uma melhor qualidade de vida da referida população. Esses benefícios são percebidos a partir da prática regular do desporto adaptado, dependendo dos objetivos do programa ou da organização do grupo praticante.

Muitas vezes é dada ênfase a condição, ofuscando outras características. Além da deficiência há uma pessoa com sentimentos igual a qualquer outra, e não devem ser negligenciados em generalizações, cada pessoa tem sua necessidade e seu grau de dificuldade. Exaltar apenas a deficiência desmerece as conquistas, as capacidades, a própria singularidade do sujeito (NUNES; ROSANA, 2014). Além de que o preconceito pode gerar sentimentos de baixa autoestima, dificuldades nos relacionamentos afetivos e sociais, prejudicando a qualidade de vida destas pessoas (PACHECO; ALVES, 2007).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano tem o movimento como essência. Ele foi necessário ao homem desde os primórdios e foi/é fundamental para a nossa evolução. Diversas práticas corporais foram construídas e modificadas ao longo de todos esses anos, de acordo com as necessidades dos indivíduos.

A valorização do corpo forte e saudável foi evidenciada em diferentes culturas ao longo dos anos, vários autores concordam que as pessoas com deficiência eram descartadas do convívio social ou até mortas em diversas civilizações. A falta de conhecimento levava a associação de sua condição a castigo divino e possessão demoníaca. No entanto, o tratamento observado foi se modificando ao longo da história, conforme as crenças e valores da sociedade.

Faz-se necessário a análise sobre o percurso histórico para a compreensão dos desafios vivenciados e que remetem aos tempos atuais. Atualmente, também, é possível observar que o tratamento varia de acordo com cada cultura, mas que são inegáveis os avanços através da luta para conseguir leis, políticas públicas e efetivamente a inclusão social.

Considera-se pessoa com deficiência, segundo a Lei Brasileira da Inclusão, aquela que tem impedimentos de longo prazo de qualquer natureza, que em contato com uma ou mais barreiras, impedem sua plena participação na sociedade (BRASIL, 2015), ou seja, diferente da visão biológica da deficiência, ela passa a ser resultado das diversas interações com a sociedade.

A deficiência física resulta em algum comprometimento da função física, ela pode ser congênita ou adquirida (MAIOR, 2015) e podem ser classificadas em ortopédicas e neurológicas (CIDADE; FREITAS, 2002). Apresenta-se na forma de plegia (perda muscular completa) ou paresia (falta de força/ fraqueza). Os deficientes podem fazer uso de equipamentos para auxiliar a mobilidade, como: muletas, bengalas, cadeira de rodas, entre outros (MAIOR, 2015).

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, todas as pessoas, perante a lei, passaram a ter a mesma igualdade de direitos, sem distinção de qualquer natureza (BRASIL, 1988). A partir daí, diversas outras leis e políticas públicas foram criadas para ratificar os direitos das pessoas com deficiência enquanto cidadãos. Porém, para essa minoria, além de leis, faz-se necessário também à conscientização da sociedade em geral (dos locais públicos e privados, transportes,

instituições, valores sociais) para torná-la acessível, de forma que todos possam usufruir plenamente, sem qualquer prejuízo.

As primeiras concepções da educação física escolar enfatizavam o desenvolvimento físico, o que de certa forma distanciava as práticas das pessoas com deficiência. A educação física adaptada surge com a intenção de adequar as práticas corporais para atender as necessidades dos alunos (COSTA; SOUSA, 2004; CIDADE; FREITAS, 2002). Obteve grandes avanços ao longo da história, não só dentro da escola, como também no mundo do esporte, como forma de superação, permitindo o conhecimento de suas capacidades, e provando que essas pessoas podem ir além de que os estigmas das pessoas (LOPES, 2014).

O professor exerce um papel fundamental na escola, pois apresenta contato direto com os alunos por meio da cultura corporal de movimento. Por ter sua parte essencialmente prática, ele tem a oportunidade de garantir a inclusão de todos durante as aulas, por meio de adaptações aos conteúdos que contemplem as especificidades dos estudantes, para isso, se faz necessário o conhecimento sobre as características dos alunos e de sua condição.

A interação nas aulas estará contribuindo nos alunos a sociabilidade, a autonomia, o conhecimento de suas habilidades e capacidades, por proporcionar a oportunidade de utilizarem suas expressões a partir das práticas da cultura corporal de movimento, além do desenvolvimento de valores por parte dos demais alunos como o respeito e a empatia no momento em que todos deverão participar juntos, respeitando as diferenças individuais e valorizando o ser humano, e consequentemente, os formando para a efetiva participação na sociedade.

Foi necessário muita luta para que as pessoas com deficiência conquistassem as leis e políticas públicas que tentam assegurar os seus direitos, porém, muito ainda está para avançar no que diz respeito à inclusão social.

Apesar da grande quantidade de informações, é comum encontrarmos situações de discriminação envolvendo pessoas com deficiência e pessoas com necessidades educativas especiais. (SILVA; JÚNIOR; ARAÚJO, 2008). Diversas barreiras impedem a participação efetiva dos deficientes na sociedade, desde arquitetônicas como: as calçadas, as escadas, a falta de transportes adequados, etc. que dificultam a sua liberdade e autonomia, até as barreiras atitudinais como: a difícil socialização, a discriminação pela condição, o preconceito, a falta de respeito e

empatia, os rótulos como inválido, doente, incapaz, que são criados e reproduzidos em cada cultura e que aumentam o preconceito e diminuem a socialização.

Para que a inclusão de fato aconteça, a sociedade terá que mudar sua forma de pensar sobre essas pessoas, a partir do reconhecimento destes como sujeitos, sem a valorização apenas de sua condição. Dessa forma, a partir da ideia de inclusão, podemos começar a quebrar as barreiras da discriminação e preconceito e buscar equiparar meios para que todos possam ter as mesmas oportunidades.

7 CONCLUSÃO

Conclui-se que o percurso da educação física e da cultura corporal de movimento, marcado pela exaltação do corpo perfeito, apto para o trabalho, às lutas e os esportes, dificultou a inclusão das pessoas com deficiência.

As práticas corporais propostas pela matéria trazem benefícios essenciais ao aluno com deficiência e tem um papel fundamental na inclusão e no desenvolvimento das pessoas com deficiência física à medida que proporciona ao aluno maior conhecimento sobre o seu corpo e suas habilidades, consequentemente aumentando a autonomia; estimulam suas capacidades motoras, interação e socialização com os demais alunos, o que contribui para o desenvolvimento de valores como a empatia, o respeito pelas diferenças e a cooperação; além de educar os alunos sobre a importância da prática fora do ambiente escolar.

A inclusão educacional se configura a partir do momento em que qualquer minoria consegue viver plenamente no ambiente, sem nenhum tipo de barreira que impeça sua autonomia e bem estar. Porém, torna-se um desafio para os professores, pois muitas vezes não se tem formação adequada ao tratamento para as diversas diferenças.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Marília, n. 21, p. 160-73, 2001.

BRACHT, V. Cultura Corporal, Cultura do Movimento ou Cultura Corporal do Movimento? In: SOUZA JÚNIOR, M. **Educação Física Escolar**: Teoria e política curricular, saberes escolares e proposta pedagógica. Recife: EDUPE, 2005. p. 97-106.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da república, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 12 nov. 2019

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Planalto, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 13 de set. de 2019.

CARDOSO, V. D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do esporte adaptado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 529-539, 2011.

CIDADE, R. E. A; FREITAS, P. S. **Introdução à educação física e ao esporte para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: UFPR, 2002.

COSTA, A. M; SOUSA, S. B. Educação Física e Esporte Adaptado: História, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 27-42, 2004.

DARIDO, S. C; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na Escola**: implicações para prática pedagógica. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Metodologia científica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GORLA et. al. A composição corporal em indivíduos com lesão medular praticantes de basquetebol em cadeira de rodas. **Arq. Ciênc. Saúde Unipar**, Umuarama, v. 11, n. 1, p. 39-44, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População residente por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade**: Amostra - Características gerais da população. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2010. Censo demográfico 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3425#resultado> Acesso em: 08 nov. 2019.

LAGO, T. M; AMORIM, A. A. O basquete em cadeiras de rodas com papel de inclusão e integração dos portadores de deficiência. **Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana**, Madrid, v. 2, n. 2, p. 1-10, maio/set. 2008.

LEHNHARD, G. R; MANTA, S. W; PALMA, L. E. A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física. **Revista Educ. Fís.** Maringá, v. 23, n. 1, p. 45-56, 2012.

LOPES, F. S. **Educação física adaptada**: uma perspectiva de inclusão para deficientes físicos. 2014. Monografia, Licenciatura em educação física- Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes-RO, 2014.

MAIOR, Izabel. História, conceito e tipos de deficiência. In: SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. **Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra Pessoas com Deficiência**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2015. Textos de apoio. Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf> Acesso em: 10 out. 2019.

NUNES, S. S; ROSANA, A. L. S. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.35, n.4, p. 1106-1119, 2015.

OLIVEIRA, V. M. **O que é educação física**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

PACHECO, K. M. B; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiatra**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007.

SILVA, R. F; SEABRA JÚNIOR, L; ARAÚJO, P. F. **Educação física adaptada no Brasil**: da história à inclusão educacional. São Paulo: Phorte, 2008.

SOARES, C. L et. al. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, E. R. Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Revista Digital, Buenos Aires, Ano 17, n. 169, Jun. 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd169/educacao-fisica-no-brasil-da-origem.htm> Acesso em: 01 nov. 2019.